



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Autarcas para um tempo novo

Esta semana foi apresentada a candidatura da coligação governante ao Município das Lajes do Pico. Com pompa e circunstância, pelo que as imagens da RTP-A apresentaram, denotando uma aparente unidade na conquista de um município dirigido nos últimos 3 mandatos pelo PS.

Longe vão os tempos em que o PSD se apresentava e assumia a liderança da autarquia, sem necessitar do apoio de pequenos partidos, sem expressão local os quais, se possuem militantes, só aparecem em vésperas das eleições.

No meu entender, quem fica a ganhar com a coligação é o CDS e sobretudo o PPM a quem o PSD ousou escancarar-lhes as portas dos Paços do Concelho, para que entrem nos corredores do poder local.

Não sei como é que os mais persistentes militantes social-democratas aceitaram esta solução política, já que é fácil adivinhar que a alternância do poder estaria mais facilitada ao PSD, com um novo candidato socialista.

Caberá ao eleitorado exercer, em liberdade, o direito de escolher os seus novos dirigentes municipais, na certeza de que, o futuro do concelho das Lajes do Pico, terá de passar por uma estratégia de desenvolvimento assente em antigas e novas dinâmicas que valorizem a sua diversidade cultural, social e geográfica, de São João à Ribeirinha, explorando os recursos marinhos ligados à cultura baleeira, a revitalização e recuperação de tantos terrenos agrícolas e pomares de frutas, nomeadamente laranjas, cuja fama ainda hoje é recordada em São Miguel, a valorização do queijo caseiro, típico do Pico (São João), a exploração dos trilhos pedestres e do turismo de montanha associado à descoberta das Lagoas do interior da Ilha, a indústria do artesanato que excede em muito o artesanato baleeiro e abarca rendas, colchas e outros objetos de uso variado, a proteção da culinária tradicional (pão de milho, bolo do forno, massa sovada, doces caseiros), as bebidas típicas, incluindo-as na restauração mais requintada, enfim...

No primeiro concelho da Ilha do Pico, terá de ser feita uma séria reflexão sobre o envelhecimento da população e o decréscimo demográfico, se bem que o número médio de filhos por mulher, no concelho das Lajes, se situe nos 1,22, quando a média nacional é de 1,44¹.

Há pois que encarar de frente esta questão pois, sem gente, não há desenvolvimento, o envelhecimento acentua-se e o despovoamento entra num plano inclinado irreversível.

O problema não é de agora. Há muito que alguns cidadãos do concelho vêm alertando para este fenómeno. Mas os poderes públicos, por razões que se desconhece, têm feito orelhas moucas.

Uma das soluções passa por oferecer aos jovens condições para a sua fixação: redução de impostos e aumentos substanciais de subsídios à natalidade, à educação dos filhos, à construção de casa própria e, sobretudo, oferta de trabalho compatível com as suas competências académicas e profissionais.

Outra solução, que remonta ao tempo do povoamento, é proporcionar aos imigrantes e refugiados que, diariamente, batem às portas da Europa, condições de habitabilidade, de formação profissional adequada ao meio em que vivem, trabalho digno e salário justo. Muitos deles são jovens, oriundos de zonas rurais e facilmente adaptáveis a zonas como a nossa.

A União Europeia dispõe de ajudas financeiras à permanência desses cidadãos oriundos do norte de África, nas suas terras, mas devido à insegurança originada por conflitos locais e étnicos, esses apoios carecem de sentido. Que apoios europeus sejam criados para a sua integração em ilhas ultraperiféricas como as nossas.

As próximas eleições autárquicas inserem-se num período muito especial do desenvolvimento destas ilhas e concelhos.

Até agora, os candidatos comprometiam-se em solucionar neces-



sidades básicas que facilitassem e melhorassem as comunicações terrestres, promovessem as atividades lúdicas e festivas e desenvolvessem ações tendentes a dinamizar a identidade de cada lugar e as suas instituições.

Hoje, há uma consciência crescente de que a proximidade da família tradicional e o amor à terra nas suas vertentes: cultural, lúdica, festiva, ambiental, paisagística e social contrariam os benefícios disponíveis em zonas urbanas, desde que – e isto pesa muito! – haja (tele)trabalho compatível, também para as mulheres.

Construídos os equipamentos básicos, os municípios terão de fazer face à nova economia, decorrente da pandemia e das orientações da União Europeia e da Estratégia de Portugal 2030: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade, inovação e transição digital, aumento das competências digitais e profissionais, transição climática e sustentabilidade de recursos.

Quem não entender estas novas propostas perderá o comboio do novo desenvolvimento sustentável e será culpado pelo declínio dos seus concelhos.

O tempo do betão, da construção de infraestruturas básicas muitas das quais se transformaram em peso morto por falta de gente, deve fazer-nos refletir sobre as consequências da construção das megacidades na desertificação das zonas rurais.

Felizmente, com a pandemia, regista-se uma tendência crescente de regresso ao campo e às zonas rurais. O turismo já o havia revelado.

Oxalá os municípios percebam este novo dinamismo e tudo façam para acolher de braços abertos os regressantes e visitantes que cada vez mais optam por viver e (tele)trabalhar temporariamente entre nós.

Por tudo isto exige-se que os futuros autarcas sejam capazes de encontrar novas respostas para um tempo novo.

*jornalista c.p. 239 A
<http://escritemdia.blogspot.com>

¹ <https://nascereportugal.ffms.pt/#municipios>